

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/20

FORNECIMENTO COM A INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MAQUINARIOS PARA RECUPERAÇÃO DE SUPORTES E PLACAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E SUPORTES DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA

EXPEDIENTE Nº 1.399/18

CONTRATO Nº 40/21

PARTICIPAÇÃO AMPLA

ÍNDICE

Cláusula Primeira - Do Objeto Contratual	pág. 01
Cláusula Segunda - Da Vigência/Prazo/Local de Entrega e Instalação	pág. 01
Cláusula Terceira - Das Condições de Fornecimento e Instalação	pág. 01
Cláusula Quarta - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada	pág. 02
Cláusula Quinta - Das Obrigações da CET	pág. 02
Cláusula Sexta - Do Valor e Preços	pág. 03
Cláusula Sétima - Da Forma de Pagamento	pág. 03
Cláusula Oitava - Dos Impostos e Incidências Fiscais	pág. 04
Cláusula Nona - Das Garantias	pág. 04
Cláusula Décima - Da Assistência Técnica	pág. 05
Cláusula Décima Primeira - Do Treinamento	pág. 05
Cláusula Décima Segunda - Da Documentação Técnica	pág. 05
Cláusula Décima Terceira - Das Penalidades	pág. 05
Cláusula Décima Quarta - Do Recebimento do Objeto	pág. 07
Cláusula Décima Quinta - Da Subcontratação	pág. 08
Cláusula Décima Sexta - Da Rescisão	pág. 08
Cláusula Décima Sétima - Da Legislação Aplicável	pág. 10
Cláusula Décima Oitava - Das Disposições Finais	pág. 10
Cláusula Décima Nona - Do Foro	pág. 10

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/20**FORNECIMENTO COM A INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MAQUINARIOS PARA RECUPERAÇÃO DE SUPORTES E PLACAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E SUPORTES DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA****CONTRATO Nº 40/21, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET E PROMILL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP**

A **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET**, com sede nesta Capital na Rua Barão de Itapetininga nº 18, inscrita no CNPJ sob o nº 47.902.648/0001-17, neste ato representada por seus Representantes Legais ao final assinados, doravante designada **CET** e **PROMILL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-EPP**, com sede nesta Capital, na Rua Conego Vicente Miguel Marino, 589 – Barra Funda, e-mail contato@promillmaquinas.com.br CEP nº01135-020, com Telefone(s) nº(s) 2769-1222, inscrita no CNPJ sob o nº 21.960.618/0001-73 e Inscrição Estadual nº 144.326.710.111, neste ato representada por seu(s) Representante(s) Legal(is) ao final assinado(s), doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. Constitui objeto deste Contrato, pelo regime de empreitada por preço unitário, o fornecimento com a instalação, treinamento e assistência técnica de maquinarios para o recuperação de placas, obrigando-se a **CONTRATADA** a executá-lo de acordo com o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/20**, com o Anexo I - Especificação Técnica, com o Anexo III - Proposta e demais elementos que compõem o expediente mencionado no preâmbulo, os quais passam a integrar este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA/PRAZO/LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

2.1. O prazo de duração deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. Os prazos de entrega e instalação dos fornecimentos, contados do recebimento da "Ordem de Fornecimento", pela **CONTRATADA**, serão:

Item	Descrição	Entregar/instalar em até:
1	Prensa hidráulica tipo C - 40 Toneladas	90 dias
2	Prensa dobradeira de 125 Toneladas x 3.200 mm	120 dias
3	Prensa Hidráulica Elétrica tipo C - 10 Toneladas	120 dias
4	Torno mecânico industrial	120 dias
5	Calandra para desempenho de chapas de alumínio	60 dias

2.3. O local para entrega e instalação será na Avenida Imperatriz Leopoldina, nº 928, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, **ou outro local indicado** pelo Gestor do Contrato, dentro do município de São Paulo, em dias úteis e no horário comercial, das 08h00 às 12h00 e das 13:30 às 16h00.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO

3.1. Os fornecimentos deverão obedecer as solicitações da unidade requisitante efetuada através da Ordem de Fornecimento.

3.2. A responsabilidade da instalação dos equipamentos é da **CONTRATADA**, inclusive os serviços que estão condicionados ao modelo fornecido.

3.3. A **CONTRATADA** deverá realizar vistoria técnica no local de instalação, onde será possível sanar quaisquer dúvidas quanto a necessidade de reforço do piso ou dimensionamento da rede elétrica.

3.4. Todos os suprimentos necessários para o bom funcionamento do equipamento, no momento da instalação, (óleos/ graxas/ ferramentas/etc.), deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA**.

3.5. A **CONTRATADA** deverá realizar, se necessário, os ajustes dentro do prazo de entrega do equipamento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ONTRATADA

4.1. Indicar seu preposto em até 10 (dez) dias, contados a partir da data da assinatura deste Instrumento, para representá-la na execução deste Contrato.

4.2. A **CONTRATADA** deverá promover a entrega em embalagens adequadas para proteger as máquinas contra danos durante o transporte.

4.3. A **CONTRATADA** se responsabilizará no momento da entrega, pelo descarregamento do material no local determinado pela **CET**.

4.3.1. Correrão por conta da **CONTRATADA** quaisquer providências relativas à descarga do material, incluindo-se a mão de obra.

4.3.2. Os custos operacionais para embalagem, carregamento, transporte, descarregamento e montagem serão de responsabilidade da **CONTRATADA**

4.4. A **CONTRATADA** será a única responsável pelos serviços de instalação executados e pela qualidade dos equipamentos fornecidos, cabendo exclusivamente à mesma a substituição dos equipamentos ou a correção dos serviços considerados insatisfatórios ou defeituosos, sem ônus para o **CET**, observado que deve ser atendida as normas vigentes.

4.5. A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a vigência contratual, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação no certame licitatório.

4.6. A **CONTRATADA** obriga-se a reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento.

4.7. A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos solicitados, bem como comunicar dentro de 24 (vinte e quatro) horas a **CET**, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento deste contrato.

4.8. A **CONTRATADA** deverá comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela **CET**, por meio de pessoa devidamente credenciada, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o fornecimento contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CET

5.1. Designar o Gestor e o fiscal do Contrato.

5.2. Exercer a fiscalização, verificando se os fornecimentos e especificações estão sendo cumpridos nos moldes do Anexo III - Proposta e Anexo I - Especificação Técnica.

5.3. Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela **CONTRATADA**.

5.4. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas devidamente aprovadas, referente ao fornecimento efetuado pela **CONTRATADA**.

5.5. Devolver, quando for o caso, com a devida justificativa, o objeto entregue fora das especificações contratadas.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E PREÇOS

6.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ **536.655,00** (quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), em função das quantidades e do preço indicado na Proposta, na data base de 29/agosto/2021.

6.2. O preço unitário e a quantidade prevista do objeto deste Contrato são:

Item	Descrição	Marca/fabricante	Unidade	Quantidade	Unitário R\$
6.2.1.	Prensa Hidráulica tipo C de 40 toneladas	Calende	unidade	01	110.955,00
6.2.2.	Prensa dobradeira de 125 toneladas x 3200mm	VB	unidade	01	320.000,00
6.2.3.	Prensa Hidráulica Elétrica tipo C de 10 toneladas	Bovenau	unidade	01	10.000,00
6.2.4.	Torno mecânico industrial	VB	unidade	01	68.000,00
6.2.5.	Calandra	Manrod	unidade	01	27.700,00

6.3. Os preços unitário para os fornecimentos, instalações e treinamentos são os constantes da proposta da licitante, e remunerará todos os custos básicos diretos, bem como o frete, transporte, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. A **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal Eletrônica ou documento equivalente, correspondente ao fornecimento efetuado, que será paga, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do adimplemento da obrigação.

7.2. Além da Nota Fiscal Eletrônica ou documento equivalente, o pedido de pagamento deverá ser acompanhado de toda a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação e prova de inexistência de registro no CADIN do Município de São Paulo.

7.3. Ocorrendo eventual atraso por culpa da **CET**, no pagamento da parcela mensal, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro rata tempore"), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu, nos termos da Portaria 05/12 - Secretaria de Finanças.

7.4. O pagamento será efetuado exclusivamente em conta corrente bancária, na Caixa Econômica Federal - CEF, indicada pela **CONTRATADA**. A informação deverá ser encaminhada para o Gerência Financeira - GFI, Rua Barão de Itapetininga nº 18 - 4º andar Centro/SP.

7.4.1. Caso a **CONTRATADA** solicite que o pagamento seja creditado em conta corrente de outro banco que não o indicado pela **CET**, arcará com todas as despesas e tarifas bancárias vigentes, incorridas na transação de pagamento: DOC, TED, tarifa de emissão de cheque e outras.

7.5. A **CONTRATADA** deverá encaminhar os arquivos eletrônicos para o Gerência Financeira - GFI (e.mail: gfi@cetsp.com.br) no caso de utilização da DANFE, ficando o pagamento condicionado ao encaminhamento desses arquivos.

7.6. Caso o documento fiscal seja apresentado com erro, será devolvido para correção, contando-se novo prazo para análise, aprovação e pagamento a partir da reapresentação.

7.7. Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação do fornecimento pela **CET**.

CLÁUSULA OITAVA - DOS IMPOSTOS E INCIDÊNCIAS FISCAIS

8.1. Os tributos, taxas, impostos, emolumentos, contribuições previdenciárias, trabalhistas, fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, deste Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, assim definido na legislação vigente, sem direito a reembolso.

CLÁUSULA NONA - DAS GARANTIAS

9.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CET** a garantia de execução contratual, no valor de R\$ **16.099,65** (dezesseis mil e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos) correspondente a **3%** (três por cento) do valor do Contrato, a fim de assegurar a sua execução. A garantia estipulada acima deve ser apresentada no momento de assinatura do Contrato. A **CONTRATADA** poderá solicitar o prazo de 10 dias, contados da assinatura do termo contratual, para o apresentação da garantia contratual, conforme artigo 141 § 7º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio – RILCC da **CET**.

9.2. A garantia estipulada será prestada em qualquer das modalidades admitidas no artigo 70 da Lei Federal nº 13.303/16 e será restituída após o Termo de Recebimento Definitivo, atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.

9.3. Em caso da **CONTRATADA** optar pela prestação da Garantia na modalidade de Fiança Bancária, esta deverá apresentá-la conforme **Modelo de Fiança Bancária** contida no Anexo VIII do Edital.

9.4. A garantia será devolvida à **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto e após a quitação das multas contratuais eventualmente existentes, atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.

9.5. A **CONTRATADA** deverá fornecer garantia para as máquinas, que deverá ser no mínimo, aquela fornecida pelo fabricante e de acordo com as obrigações previstas na Lei nº 8.078/90 e alterações do Código de Defesa do Consumidor, contado a partir da entrega e instalação do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer pelo período de 12 meses, contados a partir da data de entrega e instalação do equipamento, serviço de assistência técnica informando, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados a partir da data da assinatura do Contrato, um número de telefone e um e-mail de contato para acionamento da mesma.

10.1.1. Em sendo constatado pela **CET** qualquer irregularidade no funcionamento ou falha que impeça as funções pelo qual o equipamento foi programado, dentro do período de garantia, o atendimento para assistência técnica, **após acionamento, deverá ser no máximo de 24 horas.**

10.2. A assistência técnica, bem como os custos de transporte dos equipamentos ou a mão de obra para manutenção "in loco" e materiais, se necessário, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TREINAMENTO

11.1. A **CONTRATADA** deverá realizar treinamento **para 03 funcionários** indicados pela **CET**, em data a ser definida por ela e no local onde estiver instalado os equipamentos, para instruções de manuseio e ações preventivas, dos seguintes equipamentos:

Equipamento
Prensa hidráulica tipo C - 40 toneladas
Prensa dobradeira de 125 toneladas x 3.200 mm
Calandra para desempenho de chapas de alumínio
Torno mecânico industrial
Prensa Hidráulica Elétrica tipo C - 10 toneladas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

12.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer, quando da entrega dos equipamentos, todos os certificados de garantia e os manuais técnicos, em português, com instruções de armazenagem, operação e manutenção preventiva.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas a **CONTRATADA** estará sujeita às penalidades previstas no Capítulo II, Seção III, art. 82 da Lei Federal nº 13.303/16 e Capítulo XIII do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da **CET**, garantindo a prévia defesa, estando sujeita ainda às seguintes multas/sanções:

13.1.1. Advertência em caso de não atendimento ao estabelecido nos itens **7.2; 9.5 e 12.1;** deste Contrato, e sempre que o ato praticado pela **CONTRATADA**, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à **CET**, sua instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros. A aplicação da advertência deverá ser comunicada por correspondência escrita, mesmo que registrada da forma eletrônica ou em atas de reunião, devendo ocorrer seu registro junto ao Cadastro Corporativo da **CET**, independentemente da **CONTRATADA** ser ou não cadastrada.

13.1.2. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega/instalação, sobre o valor do fornecimento em atraso, até o limite de 10 (dez) dias do prazo fixado no **item 2.2.** para o entrega/instalação. Após restará configurada inexecução parcial ou total do ajuste, com a aplicação das penalidades inerentes.

13.1.2.1. Considera-se inexecução parcial do ajuste o atraso superior a 10 (dez) dias do prazo fixado para o entrega/instalação de parcela do objeto contratado.

13.1.2.2. Considera-se inexecução total do ajuste o atraso superior a 10 (dez) dias do prazo fixado para o entrega/instalação de todo o objeto contratado.

13.1.3. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total contratual, pelo descumprimento do estabelecido nos itens: **4.1; 3.4, 10.1; 10.1.1 e 11.1.**

13.1.4. Multa em até 5% (cinco por cento), sobre o valor do fornecimento/instalação entregue em desacordo com as especificações do Edital que precedeu o ajuste.

13.1.4.1. Configura-se a inexecução parcial do ajuste a não correção dos serviços considerados insatisfatórios ou defeituosos, de parcela do objeto contratado.

13.1.5. Multa de até 1% (um por cento) do valor total do contrato, no caso de atraso na entrega da garantia contratual.

13.1.6. Multa em até 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratual quando, sem justa causa aceita pela **CET**, a **CONTRATADA** não cumprir com qualquer outra obrigação assumida em decorrência do contrato.

13.1.7. Pelo inadimplemento total ou parcial deste Contrato, independentemente da rescisão, a **CONTRATADA** ficará sujeita, a critério da **CET**, às seguintes penalidades:

13.1.7.1. Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor contratual, por inexecução parcial do ajuste, nos termos do Artigo 193, V do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da **CET**.

13.1.7.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual, por inexecução total do ajuste, nos termos do Artigo 193, VI do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da **CET**.

13.1.8. A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar sua rescisão nos termos do artigo 179 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da **CET**.

13.1.9. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação, quando houver, em especial:

- a)** reincidência de execução insatisfatória do **fornecimento**;
- b)** atraso injustificado na execução dos fornecimentos, contrariando o disposto no contrato;
- c)** reincidência na aplicação das penalidades de multa;
- d)** irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- e)** condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f)** prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;

g) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a Contratada idoneidade para contratar com a **CET**.

13.1.10. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

a) A declaração de inidoneidade também poderá ser proposta ao Diretor Presidente da **CET** quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da **CET**, evidência de atuação com interesses escusos, inclusive apresentação de documentos falsos ou falsificados ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos à **CET** ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

13.1.11. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e sua cobrança não isentará a **CONTRATADA** da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

13.1.12. Eventuais penalidades pecuniárias, aplicadas à **CONTRATADA** após o devido procedimento, poderão ser ressarcidas por meio de compensação, descontando-se de pagamentos vincendos que a **CONTRATADA** tenha a receber da **CET**, relativamente a este Contrato ou, poderão ser descontados da garantia prestada, se houver ou, ainda, ser cobrado administrativa ou judicialmente.

13.1.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

13.1.14. A compensação citada no item **13.1.12.** ficará restrita ao âmbito do presente Contrato.

13.1.15. No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Decreto Municipal nº 44.279/03 e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da **CET**.

13.1.16. Será remetida à Secretaria Municipal de Gestão - Seção de Cadastro de Fornecedores, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalização no cadastro municipal de fornecedores.

13.1.17. As sanções/multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo descontadas do pagamento respectivo ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

13.1.18. A fixação dos percentuais de multa previstos nesta cláusula, em percentuais inferiores aos limites indicados, poderá ser definida a critério da autoridade competente, por despacho fundamentado, com base em relato circunstanciado da área **CET** gestora da contratação, observado artigo 188, §2º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênio – RLCC da **CET**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. O objeto do Contrato somente será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

14.2. Executado o contrato, o seu objeto deverá ser recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização; ou
- b) definitivamente, pelo Gestor do Contrato.

14.2.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

14.2.2. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Aditamento, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

14.2.3. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. A **CONTRATADA** poderá subcontratar empresa somente para os serviços de fornecimento de acessórios, treinamento e instalação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. Constituem motivo para rescisão de contrato, dentre outros:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - a alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou no contrato;

III - o desatendimento das determinações regulares da **CET** decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

VIII - razões de interesse da **CET**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

IX - o atraso nos pagamentos devidos pela **CET** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X - a não liberação, por parte da **CET**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XI - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII - a não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

XIII - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIV - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

16.1.1. As práticas passíveis de rescisão, tratadas nesse inciso, podem ser definidas, dentre outras, como:

a) corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

c) colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

16.1.2. As práticas exemplificadas no item **16.1.1.**, além de acarretarem responsabilidade administrativa, a ser apurada no curso do próprio processo administrativo de contratação, de acordo com o caso concreto, poderão implicar em responsabilidade civil indenizatória e/ou indenização na esfera criminal, nos termos da Lei.

16.2. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 13.303/16, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios - RILCC da **CET**, aplicando-se, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Para execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, nos termos do Decreto nº 56.633, de 24 de novembro de 2015.

18.2. A **CONTRATADA** concorda com as normas, políticas e práticas estabelecidas no **Código de Conduta e Integridade da CET**, disponível no site da CET/Transparência CET, no link: <http://www.cetsp.com.br/media/719911/codigo-de-conduta-e-integridade-1a-rev.pdf>, comprometendo-se com o seu integral cumprimento, inclusive por parte de seus empregados e prepostos, conforme previsto na Lei Federal nº 13.303/16 e no Decreto Municipal nº 58.093/18, comprometendo-se com a ética, dignidade, decoro, zelo e eficácia e os princípios morais que norteiam as atividades desempenhadas no exercício profissional e fora dele, em razão das obrigações contratuais assumidas, com foco na preservação da honra e da tradição dos interesses e serviços públicos.

18.3. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas deste Contrato, é competente, por disposição legal, o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital, São Paulo.

E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo indicadas, que também o assinam.

São Paulo, 07 de outubro de 2021

PELA CET